CONSELHO INDÍGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA - CITA
Almofala/Varjota, município de Itarema - Ceará - Nordeste do Brasil

NÓS, TREMEMBÉ DE ALMOFALA, ESTAMOS COM AS NOSSAS TERRAS INVADIDAS E AMEAÇADOS DE PERDÊ-LAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Nós, Tremembé de Almofala, Ceará, estamos escrevendo para os órgãos governamentais e não governamentais, igrejas, amigos, que nos apoiam na nossa luta, num momento difícil e quando nós precisamos de um grande reforço.

A Ação Declaratória, promovida pela Empresa Ducoco Agrícola S.A, contra a demarcação da nossa terra indígena de Almofala/Varjota, se encontrava nas mãos da Dra. Germana de Oliveira Moraes, Juíza da 3ª Vara da Justiça Federal no Ceará, que assinou em setembro passado a sentença final em favor dessa firma. A Dra. Juíza alega que as nossas terras não são de ocupação tradicional dos Tremembé. E ainda impediu a realização de perícia antropológica que ela mesma tinha autorizado desde 1994, nesse mesmo processo.

A perícia antropológica foi requerida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - e é uma prova importante e necessária para a defesa do nosso direito, conhecido publicamente através da história oficial do Ceará e nas nossas vizinhanças que são sabedoras dos nossos costumes e tradições, nossas histórias e narrativas, no passado e no presente.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI-, a Procuradoria Regional da República, a União Federal e nós, Tremembé de Almofala, fazemos parte desse processo e já foram encaminhadas as defesas que apelam ao Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife, Pernambuco, para que seja cancelada essa sentença da Dra. Juíza Germana de Oliveira Moraes.

Nós pedimos a todos que escrevam ou enviem fax, URGENTE, ao Dr. CASTRO MEIRA, Juiz Relator da Primeira Turma, Processo nº 97014384, Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife. Para ele reconhecer o nosso direito, comprovado em inúmeros documentos, e cancelar a sentença da Juíza do Ceará, autorizando a realização de perícia antropológica nas nossas terras em Almofala/Varjota

Queremos contar com a boa vontade e a boa atenção de todos para nos ajudar nessa causa. E muito obrigado por esse apoio.

Almofala/Varjota, município de Itarema(CE), 20 de abril de 1997.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador Geral CITA

A Agostinho Félix Jacinto

Agostinho Félix Jacinto - Tuxaua da Varjota

Fernando Marciano Santos

Fernando Marciano dos Santos - Secretário Feral CITA

Luis Manoel do Nascimento

Luis Manoel do Nascimento - Pajé Tremembé Almofala

ESCREVAM CARTA OU FAX PARA:

Dr. Castro Meira, Juiz da 3° Vara
Tribunal Regional Federal - 5ª região
Relator do processo 97014384
Av. Martin Luther King, s/n
Cais do apolo
50.030-230 Recife (PE) Brasil
Fax: (081) 425.9171

CONSELHO INDIGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CITA
Ceará-Nordeste do Brasil

Almofala/Varjota, 24 de abril de 1997

COMUNICAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL DO POVO TREMEMBÉ DE ALMOFALA/VARJOTA

1. DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA

Nós, Tremembé de Almofala/Varjota, município do Itarema, no Ceará, Nordeste do Brasil, estamos comunicando a essa diretoria, a situação da nossa Terra indígena, que continua em processo de demarcação. Além de não estarem sendo cumpridos os prazos constantes do Decreto nº 1775/96, pois as contestações apresentadas pelos posseiros foram todas impugnadas pelo próprio Ministro da Justiça do governo brasileiro em despacho publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1996, existe um processo judicial contra os nossos direitos sagrados, promovido por uma poderosa empresa de plantio de coco, que invadiu e vive ocupando grande parte da nossa terra tradicional.

A Dra. Germana Oliveira de Moraes, que responde pela 3a. Vara da Justiça Federal no Ceará, deu Liminar favorável à Empresa Ducoco Agrícola S/A e agora recente confirmou o direito dessa empresa na sentença final do processo na 1a. Instância. O argumento que a Doutora Juíza usou na sentença contra nossos direitos é que nós Tremembé não temos tradição de ocupação na terra indígena de Almofala/Varjota!

2. PERÍCIA ANTROPOLÓGICA É IMPEDIDA

Para aumentar ainda mais as nossas dificuldades, a Senhora Juíza suspendeu a realização de perícia antropológica que estava autorizada por ela própria, desde 1994. Com essa decisão aumentou as perseguições e ameaças de morte em jovens e velhas lideranças. Mais terra vem sendo invadida, novos cercados foram e estão sendo construídos, casas levantadas sobre dunas, entupimento de lagoa... Todo esse trabalho vem sendo feito por posseiros, grandes e pequenos.

Agora, o que se pode fazer ? As partes no processo de Ação Declaratória, apresentaram apelação para o Tribunal Regional Federal, com sede no Recife, Estado de Pernambuco. As partes que nos apoiam estão pedindo ao Presidente do Tribunal a anulação da sentença dada pela Dra. Germana. Nós temos esperança de que o nosso direito seja vitorioso mas nós sabe também a situação atual da Justiça no nosso país, nunca dá o direito de quem tem. Até a Constituição Federal é desrespeitada, não tem qualquer valor.

3. O DESENVOLVIMENTO EXPULSA AS FAMÍLIAS TREMEMBÉ DA SUA TERRA

Um apoio grande que a Empresa Ducoco Agrícola S/A recebe da parte da Doutora Juíza, do Governo, das Instituições é por causa do que eles chamam de "DESENVOLVIMENTO". É verdade. Essa firma retirou os seus verdadeiros donos da terra, entupiu lagoas, cortou muitas árvores frutíferas, derrubou casas, desviou corregos, entupiu sangradouros de lagoas... Acabaram com nossos cajueiros, que dá o fruto da nossa bebida sagrada que

faz parte do nosso ritual. Só da Taperinha, que hoje nem existe mais, a maior parte das oitenta (80) famílias Tremembé que viviam aí, tiveram que se mudar, deixar a própria terra da sua tradição, dos pais e avós, antepassados.

Nós era pobre mas vivia descansado, sendo donos da nossa terra, e com o suficiente para viver e criar nossos filhos e nossa geração. Nós fiquemos tudo separado, que nós era uma família só. Fomos proibido de atravessar o terreno que é nossa terra. Fomos proibido de criar nossos animais, de trabalhar as nossas culturas, as nossas tradições. Teve muitos de nós que apanhou da polícia (tinha uma policia particular dentro da firma e ainda tem) porque é dificil obrigar nós a não andar dentro da nossa terra. Ficou tudo cercado e nós não tem como se movimentar.

E ainda teve mais: NOSSA TERRA MUDOU DE NOME ! Passou a ser chamada de Fazenda São Gabriel. Deixa que a fazenda São Gabriel fica vizinho da nossa terra e tem apenas 3 hectares. Agora essa fazenda tem mais de 3.000 hectares !

Será que é isso que se chama desenvolvimento ?

4. AS BOAS NOTÍCIAS DA NOSSA VIDA INDIGENA

No meio de tanto sofrimento nós estamos também cuidando de atender as nossas necessidades porque a vida não está fácil no Ceará, no Brasil. Acabou a inflação mas não se pega em dinheiro, e aí não tem quem possa comprar nossos produtos.

Mas temos conseguido alguns apoios através do governo do Estado, para nossas ações produtivas. Já temos um "curral de pesca" na Praia da Almofala, nosso, das famílias Tremembé. Estamos encaminhando mais dois, esses são para para as famílias da Área da Mata (Varjota e Tapera). Conseguimos já uma parte para garantir as nossas roças e estamos esperando mais ajuda.

Outra ajuda importante é a nossa escola indígena que já começa a ser organizada por nós mesmos com apoio das entidades e também da Secretaria de Educação do Governo Estadual. É escola para as crianças e também para jovens e adultos. A grande maioria não sabe ler nem escrever. Quem sabe se a gente acaba também relembrando nossa lingua nativa, dos nossos pais ?

Nós continua firme na nossa decisão de lutar pelos nossos direitos. E por isso nós não se conforma com a decisão da Justiça, contra nossa liberdade na nossa terra. Nós ainda estamos vivos. Queremos continuar vivendo na nossa terra com os nossos pais, nossas famílias, nossos costumes e nossa tradição.

5. PEDIDO DE APOIO JUNTO AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-5a. Região

Estamos mandando uma carta para vocês escreverem ao Juiz Relator do Tribunal Regional Federal - 5a. Região, em Recife-Pernambuco, Brasil.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador do Conselho Indígena Tremembé de Almofala-CITA

Manuel Marciano Santos

Manuel Marciano Santos
Tuxaua da Tapera - Almofala/Varjota

CONSELHO INDÍGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA - CITA
Almofala/Varjota, município de Itarema - Ceará - Nordeste do Brasil

NÓS, TREMEMBÉ DE ALMOFALA, ESTAMOS COM AS NOSSAS TERRAS INVADIDAS E AMEAÇADOS DE PERDÊ-LAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Nós, Tremembé de Almofala, Ceará, estamos escrevendo para os órgãos governamentais e não governamentais, igrejas, amigos, que nos apoiam na nossa luta, num momento difícil e quando nós precisamos de um grande reforço.

A Ação Declaratória, promovida pela Empresa Ducoco Agrícola S.A, contra a demarcação da nossa terra indígena de Almofala/Varjota, se encontrava nas mãos da Dra. Germana de Oliveira Moraes, Juíza da 3ª Vara da Justiça Federal no Ceará, que assinou em setembro passado a sentença final em favor dessa firma. A Dra. Juíza alega que as nossas terras não são de ocupação tradicional dos Tremembé. E ainda impediu a realização de perícia antropológica que ela mesma tinha autorizado desde 1994, nesse mesmo processo.

A perícia antropológica foi requerida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - e é uma prova importante e necessária para a defesa do nosso direito, conhecido publicamente através da história oficial do Ceará e nas nossas vizinhanças que são sabedoras dos nossos costumes e tradições, nossas histórias e narrativas, no passado e no presente.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI-, a Procuradoria Regional da República, a União Federal e nós, Tremembé de Almofala, fazemos parte desse processo e já foram encaminhadas as defesas que apelam ao Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife, Pernambuco, para que seja cancelada essa sentença da Dra. Juíza Germana de Oliveira Moraes.

Nós pedimos a todos que escrevam ou enviem fax, URGENTE, ao Dr. CASTRO MEIRA, Juiz Relator da Primeira Turma, Processo nº 97014384, Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife. Para ele reconhecer o nosso direito, comprovado em inúmeros documentos, e cancelar a sentença da Juíza do Ceará, autorizando a realização de perícia antropológica nas nossas terras em Almofala/Varjota

Queremos contar com a boa vontade e a boa atenção de todos para nos ajudar nessa causa. E muito obrigado por esse apoio.

Almofala/Varjota, município de Itarema(CE), 20 de abril de 1997.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador Geral CITA

Agostinho Félix Jacinto

Agostinho Félix Jacinto - Tuxaua da Varjota

Fernando Marciano Santos

Fernando Marciano do Santos - Secretário Feral CITA

Luis Manoel do Nascimento

Luís Manoel do Nascimento - Pajé Tremembé Almofala

ESCREVAM CARTA OU FAX PARA:

Dr. Castro Meira, Juiz da 3° Vara
Tribunal Regional Federal - 5ª região
Relator do processo 97014384
Av. Martin Luther King, s/n
Cais do apolo
50.030-230 Recife (PE) Brasil
Fax: (081) 425.9171

CONSELHO INDIGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CITA
Ceará-Nordeste do Brasil

Almofala/Varjota, 24 de abril de 1997

COMUNICAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL DO POVO TREMEMBÉ DE ALMOFALA/VARJOTA

1. DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA

Nós, Tremembé de Almofala/Varjota, município do Itarema, no Ceará, Nordeste do Brasil, estamos comunicando a essa diretoria, a situação da nossa Terra indígena, que continua em processo de demarcação. Além de não estarem sendo cumpridos os prazos constantes do Decreto nº 1775/96, pois as contestações apresentadas pelos posseiros foram todas impugnadas pelo próprio Ministro da Justiça do governo brasileiro em despacho publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1996, existe um processo judicial contra os nossos direitos sagrados, promovido por uma poderosa empresa de plantio de coco, que invadiu e vive ocupando grande parte da nossa terra tradicional.

A Dra. Germana Oliveira de Moraes, que responde pela 3a. Vara da Justiça Federal no Ceará, deu Liminar favorável à Empresa Ducoco Agrícola S/A e agora recente confirmou o direito dessa empresa na sentença final do processo na 1a. Instância. O argumento que a Doutora Juíza usou na sentença contra nossos direitos é que nós Tremembé não temos tradição de ocupação na terra indígena de Almofala/Varjota!

2. PERÍCIA ANTROPOLÓGICA É IMPEDIDA

Para aumentar ainda mais as nossas dificuldades, a Senhora Juíza suspendeu a realização de perícia antropológica que estava autorizada por ela própria, desde 1994. Com essa decisão aumentou as perseguições e ameaças de morte em jovens e velhas lideranças. Mais terra vem sendo invadida, novos cercados foram e estão sendo construídos, casas levantadas sobre dunas, entupimento de lagoa... Todo esse trabalho vem sendo feito por posseiros, grandes e pequenos.

Agora, o que se pode fazer ? As partes no processo de Ação Declaratória, apresentaram apelação para o Tribunal Regional Federal, com sede no Recife, Estado de Pernambuco. As partes que nos apoiam estão pedindo ao Presidente do Tribunal a anulação da sentença dada pela Dra. Germana. Nós temos esperança de que o nosso direito seja vitorioso mas nós sabe também a situação atual da Justiça no nosso país, nunca dá o direito de quem tem. Até a Constituição Federal é desrespeitada, não tem qualquer valor.

3. O DESENVOLVIMENTO EXPULSA AS FAMÍLIAS TREMEMBÉ DA SUA TERRA

Um apoio grande que a Empresa Ducoco Agrícola S/A recebe da parte da Doutora Juíza, do Governo, das Instituições é por causa do que eles chamam de "DESENVOLVIMENTO". É verdade. Essa firma retirou os seus verdadeiros donos da terra, entupiu lagoas, cortou muitas árvores frutíferas, derrubou casas, desviou corregos, entupiu sangradouros de lagoas... Acabaram com nossos cajueiros, que dá o fruto da nossa bebida sagrada que

faz parte do nosso ritual. Só da Taperinha, que hoje nem existe mais, a maior parte das oitenta (80) famílias Tremembé que viviam aí, tiveram que se mudar, deixar a própria terra da sua tradição, dos pais e avós, antepassados.

Nós era pobre mas vivia descansado, sendo donos da nossa terra, e com o suficiente para viver e criar nossos filhos e nossa geração. Nós fiquemos tudo separado, que nós era uma família só. Fomos proibido de atravessar o terreno que é nossa terra. Fomos proibido de criar nossos animais, de trabalhar as nossas culturas, as nossas tradições. Teve muitos de nós que apanhou da polícia (tinha uma policia particular dentro da firma e ainda tem) porque é dificil obrigar nós a não andar dentro da nossa terra. Ficou tudo cercado e nós não tem como se movimentar.

E ainda teve mais: NOSSA TERRA MUDOU DE NOME ! Passou a ser chamada de Fazenda São Gabriel. Deixa que a fazenda São Gabriel fica vizinho da nossa terra e tem apenas 3 hectares. Agora essa fazenda tem mais de 3.000 hectares !

Será que é isso que se chama desenvolvimento ?

4. AS BOAS NOTÍCIAS DA NOSSA VIDA INDIGENA

No meio de tanto sofrimento nós estamos também cuidando de atender as nossas necessidades porque a vida não está fácil no Ceará, no Brasil. Acabou a inflação mas não se pega em dinheiro, e aí não tem quem possa comprar nossos produtos.

Mas temos conseguido alguns apoios através do governo do Estado, para nossas ações produtivas. Já temos um "curral de pesca" na Praia da Almofala, nosso, das famílias Tremembé. Estamos encaminhando mais dois, esses são para para as famílias da Área da Mata (Varjota e Tapera). Conseguimos já uma parte para garantir as nossas roças e estamos esperando mais ajuda.

Outra ajuda importante é a nossa escola indígena que já começa a ser organizada por nós mesmos com apoio das entidades e também da Secretaria de Educação do Governo Estadual. É escola para as crianças e também para jovens e adultos. A grande maioria não sabe ler nem escrever. Quem sabe se a gente acaba também relembrando nossa lingua nativa, dos nossos pais ?

Nós continua firme na nossa decisão de lutar pelos nossos direitos. E por isso nós não se conforma com a decisão da Justiça, contra nossa liberdade na nossa terra. Nós ainda estamos vivos. Queremos continuar vivendo na nossa terra com os nossos pais, nossas famílias, nossos costumes e nossa tradição.

5. PEDIDO DE APOIO JUNTO AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-5a. Região

Estamos mandando uma carta para vocês escreverem ao Juiz Relator do Tribunal Regional Federal - 5a. Região, em Recife-Pernambuco, Brasil.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador do Conselho Indígena Tremembé de Almofala-CITA

Manuel Marciano Santos

Manuel Marciano Santos
Tuxaua da Tapera - Almofala/Varjota

CONSELHO INDIGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CITA
Ceará-Nordeste do Brasil

Almofala/Varjota, 14 de março de 1997

COMUNICAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL DO POVO TREMEMBÉ DE ALMOFALA/VARJOTA

1. DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA

Nós, Tremembé de Almofala/Varjota, município do Itarema, no Ceará, Nordeste do Brasil, estamos comunicando a essa Presidência a situação da nossa área indígena, que continua em processo de demarcação. Além de não estarem sendo cumpridos os prazos constantes do Decreto nº 1775/96, pois as contestações apresentadas pelos posseiros foram todas impugnadas pelo próprio Ministro da Justiça do governo brasileiro em despacho publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1996, existe um processo judicial contra os nossos direitos sagrados, promovido por uma poderosa empresa de plantio de coco, que invadiu e vive ocupando grande parte da nossa terra tradicional.

A Dra. Germana Oliveira de Moraes, que responde pela 3a. Vara da Justiça Federal no Ceará, deu Liminar favorável à Empresa Ducoco Agrícola S/A e agora recente confirmou o direito dessa empresa na sentença final do processo na 1a. Instância. O argumento que a Doutora Juíza usou na sentença contra nossos direitos é que nós Tremembé não temos tradição de ocupação na terra indigena de Almofala/Varjota.

2. PERÍCIA ANTROPOLÓGICA É IMPEDIDA

Para aumentar ainda mais as nossas dificuldades, a Senhora Juíza suspendeu a realização de perícia antropológica que estava autorizada por ela própria, desde 1994. Com essa decisão aumentou as perseguições e ameaças de morte em jovens e velhas lideranças. Mais terra vem sendo invadida, novos cercados foram e estão sendo construídos, casas levantadas sobre dunas, entupimento de lagoa... Todo esse trabalho vem sendo feito por posseiros, grandes e pequenos.

Agora, o que se pode fazer ? As partes no processo de Ação Declaratória, apresentaram apelação para o Tribunal Regional de Justiça, com sede no Recife, estado de Pernambuco. As partes que nos apoiam estão pedindo ao Presidente do Tribunal a anulação da sentença dada pela Dra. Germana. Nós temos esperança de que o nosso direito seja vitorioso mas nós sabe também a situação atual da Justiça no nosso país, nunca dá o direito de quem tem. Até a Constituição Federal é desrespeitada, não tem qualquer valor.

3. O DESENVOLVIMENTO EXPULSA AS FAMÍLIAS TREMEMBÉ DA SUA TERRA

Um apoio grande que a Empresa Ducoco Agrícola S/A recebe da parte da Doutora Juíza, do Governo, das Instituições é por causa do que eles chamam de "DESENVOLVIMENTO". É verdade. Essa firma retirou os seus verdadeiros donos da terra, entupiu lagoas, cortou muitas árvores frutíferas, derrubou casas, desviou corregos, entupiu sangradouros de lagoas... Acabaram com nossos cajueiros, que dá o fruto da nossa bebida sagrada que

faz parte do nosso ritual. Só da Taperinha, que hoje nem existe mais, a maior parte das oitenta (80) famílias Tremembé que viviam aí, tiveram que se mudar, deixar a própria terra da sua tradição, dos pais e avós, antepassados.

Nós era pobre mas vivia descansado, sendo donos da nossa terra, e com o suficiente para viver e criar nossos filhos e nossas geração. Nós fiquemos tudo separado, que nós era uma família só. Fomos proibido de atravessar o terreno que é nossa terra. Fomos proibido de criar nossos animais, de trabalhar as nossas culturas, as nossas tradições. Teve muitos de nós que apanhou da polícia (tinha uma policia particular dentro da firma e ainda tem) porque é dificil obrigar nós a não andar dentro da nossa terra. Ficou tudo cercado e nós não tem como se movimentar.

E ainda teve mais: NOSSA TERRA MUDOU DE NOME ! Passou a ser chamada de Fazenda São Gabriel. Deixa que a fazenda São Gabriel fica vizinho da nossa terra e tem apenas 3 hectares. Agora essa fazenda tem mais de 3.000 hectares !

Será que é isso que se chama desenvolvimento ?

4. AS BOAS NOTÍCIAS DA NOSSA VIDA INDIGENA

No meio de tanto sofrimento nós estamos também cuidando de atender as nossas necessidades porque a vida não está fácil no Ceará, no Brasil. Acabou a inflação mas não se pega em dinheiro, e aí não tem quem possa comprar nossos produtos.

Mas temos conseguido alguns apoios através do governo do Estado, para nossas ações produtivas. Já temos um curral de pesca na Praia da Almofala, nosso, das famílias Tremembé. Estamos encaminhando mais dois, esses são para para as famílias da Área da Mata (Varjota e Tapera). Conseguimos já uma parte para garantir as nossas roças e estamos esperando mais ajuda.

Outra ajuda importante é a nossa escola indígena que já começa a ser organizada por nós mesmo, com apoio das entidades e também da Secretaria de Educação do Governo Estadual. É escola para as crianças e também para jovens e adultos. A grande maioria não sabe ler nem escrever. Quem sabe se a gente acaba também relembrando nossa lingua nativa, dos nossos pais ?

Nós continua firme na nossa decisão de lutar pelos nossos direitos. E por isso nós não se conforma com a decisão da Justiça, contra nossa liberdade na nossa terra. Nós ainda estamos vivos. Queremos continuar vivendo na nossa terra com os nossos pais, nossas famílias, nossos costumes e nossa tradição.

Nós desejamos muito poder contar com o apoio desse Órgão da Organização das Nações Unidas-ONU, desse Centro de Direitos Humanos.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador do Conselho Indígena Tremembé de Almofala-CITA

Manuel Marciano Santos

Manuel Marciano Santos
Tuxaua da Tapera - Almofala/Varjota

CAMPANHA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDIGENAS NO CEARÁ
Nordeste do Brasil

Fortaleza, 24 de abril de 1997

Aos Parentes PATAXÓ HÃ-HÃ-HAE
Aldeia Caramuru - Município de Pau Brasil
BAHIA

Nós, Lideranças das Sociedades Indigenas no Ceará, estamos escrevendo neste momento de grande sofrimento com o trágico assassinato do Pataxó GALDINO JESUS DOS SANTOS, por um grupo de jovens em Brasília, na madrugada de domingo, 20 deste mês de abril.

Este acontecido revela publicamente a discriminação e o preconceito que existe contra nós, indígenas e também contra todos os pobres, até por parte de crianças e jovens, nesta terra onde já fomos donos.

Este fato também é resultado de 500 anos de invasão, opressão, desrespeito - a nós, indígenas, na nossa terra original, à nossa cultura, ao nosso direito de existir como nós somos, do nosso jeito, com as nossas diferenças.

Os governos no Brasil, desde o tempo imperial português, com a sua política oficial indigenista, de extinguir os Povos e Sociedades Indigenas (nós éramos cerca de 6 milhões !), sempre agiram com VIOLÊNCIA, desde a invasão, as mortes, a destruição do nosso patrimonio cultural. Mudaram até o nome das nossas terras !

A sociedade brasileira sempre torceu a forma de nos tratar, chamando a nós de BÁRBAROS, SELVAGENS, quando na realidade é uma sociedade dirigida, governada por verdadeiros bárbaros. TORCEM AS LEIS e DESRESPEITAM A CONSTITUIÇÃO quando garantem os direitos tanto aos indigenas como aos trabalhadores, aos pobres, afinal. MUDAM os nossos costumes, INVADEM e tomam nossas terras sagradas.

A sociedade brasileira nasceu da HUMILHAÇÃO das nossas MULHERES, das nossas mães, irmãs, parentes que, junto com as MULHERES NEGRAS tiveram que servir aos senhores do poder, aos militares e a todos que para cá vieram desde 1500. VIOLENCIA IMPERDOÁVEL !

Os deputados e senadores, em Brasilia, desde 1991, estão com o Estatuto das Sociedades Indigenas ENGAVETADO, sem qualquer encaminhamento, um desrespeito e desleixo para com uma lei que precisa entrar em ação, pois determina como serem conduzidas as questões que envolvem a nossa vida, a nossa realidade atualmente.

O governo federal, os órgãos responsáveis não cumprem - suas obrigações de PROTEGER e DEMARCAR a maior parte das terras indígenas que continuam sem apoio, sem garantia dos direitos. VIVEMOS SEM PROTEÇÃO E SEM QUALQUER RESPEITO.

E apesar disso tudo NÓS RESISTIMOS, ESTAMOS VIVOS ! ESTAMOS LUTANDO E VAMOS CONTINUAR LUTANDO SEMPRE, enquanto tivermos vida e contarmos com o apoio de entidades, grupos e pessoas dessa mesma sociedade que tanto nos oprime e infelicita a nossa vida.

Nós desejamos muito que vocês, Pataxó, reconquistem suas terras e VIVAM LIVRES. E para o governo, os empresários e latifundiários, a sociedade brasileira, nós dizemos:

PAREM DE NOS MATAR, QUEREMOS VIVER !

José Valdir de Holanda
Diretor Comissão de Finança do Conselho Indigena Tremembe de Almofala

Francisca Daniel Lazaro
Cacique PITAGUARY

Raimunda Rodrigues Teixeira
Presidente da Associação dos Indios Tapeba
Caucaia - Ceará

CONSELHO INDÍGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA - CITA
Almofala/Varjota, município de Itarema - Ceará - Nordeste do Brasil

NÓS, TREMEMBÉ DE ALMOFALA, ESTAMOS COM AS NOSSAS TERRAS INVADIDAS E AMEAÇADOS DE PERDÊ-LAS NA JUSTIÇA FEDERAL

Nós, Tremembé de Almofala, Ceará, estamos escrevendo para os órgãos governamentais e não governamentais, igrejas, amigos, que nos apoiam na nossa luta, num momento difícil e quando nós precisamos de um grande reforço.

A Ação Declaratória, promovida pela Empresa Ducoco Agrícola S.A, contra a demarcação da nossa terra indígena de Almofala/Varjota, se encontrava nas mãos da Dra. Germana de Oliveira Moraes, Juíza da 3ª Vara da Justiça Federal no Ceará, que assinou em setembro passado a sentença final em favor dessa firma. A Dra. Juíza alega que as nossas terras não são de ocupação tradicional dos Tremembé. E ainda impediu a realização de perícia antropológica que ela mesma tinha autorizado desde 1994, nesse mesmo processo.

A perícia antropológica foi requerida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI - e é uma prova importante e necessária para a defesa do nosso direito, conhecido publicamente através da história oficial do Ceará e nas nossas vizinhanças que são sabedoras dos nossos costumes e tradições, nossas histórias e narrativas, no passado e no presente.

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI-, a Procuradoria Regional da República, a União Federal e nós, Tremembé de Almofala, fazemos parte desse processo e já foram encaminhadas as defesas que apelam ao Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife, Pernambuco, para que seja cancelada essa sentença da Dra. Juíza Germana de Oliveira Moraes.

Nós pedimos a todos que escrevam ou enviem fax, URGENTE, ao Dr. CASTRO MEIRA, Juiz Relator da Primeira Turma, Processo nº 97014384, Tribunal Regional Federal - 5ª Região, em Recife. Para ele reconhecer o nosso direito, comprovado em inúmeros documentos, e cancelar a sentença da Juíza do Ceará, autorizando a realização de perícia antropológica nas nossas terras em Almofala/Varjota

Queremos contar com a boa vontade e a boa atenção de todos para nos ajudar nessa causa. E muito obrigado por esse apoio.

Almofala/Varjota, município de Itarema(CE), 20 de abril de 1997.

Francisco Manoel Pedro
Francisco Manoel Pedro - Coordenador Geral CITA

Agostinho Felix Jacinto
Agostinho Félix Jacinto - Tuxaua da Varjota

Fernando Marciano Santos
Fernando Marciano dos Santos - Secretário Feral CITA

Luis Manoel do Nascimento
Luís Manoel do Nascimento - Pajé Tremembé Almofala

ESCREVAM CARTA OU FAX PARA:

Dr. Castro Meira, juiz da 3º Vara
Tribunal Regional Federal - 5ª região
Relator do processo 97014384
Av. Martin Luther King, s/n
Cais do apolo
50.030-230 Recife (PE) Brasil
Fax: (081) 425.9171

CONSELHO INDIGENA TREMEMBÉ DE ALMOFALA-CITA
Ceará-Nordeste do Brasil

Almofala/Varjota, 24 de abril de 1997

COMUNICAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL DO POVO TREMEMBÉ DE ALMOFALA/VARJOTA

1. DEMARCAÇÃO DA TERRA INDIGENA

Nós, Tremembé de Almofala/Varjota, município do Itarema, no Ceará, Nordeste do Brasil, estamos comunicando a essa diretoria, a situação da nossa Terra indígena, que continua em processo de demarcação. Além de não estarem sendo cumpridos os prazos constantes do Decreto nº 1775/96, pois as contestações apresentadas pelos posseiros foram todas impugnadas pelo próprio Ministro da Justiça do governo brasileiro em despacho publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 1996, existe um processo judicial contra os nossos direitos sagrados, promovido por uma poderosa empresa de plantio de coco, que invadiu e vive ocupando grande parte da nossa terra tradicional.

A Dra. Germana Oliveira de Moraes, que responde pela 3a. Vara da Justiça Federal no Ceará, deu Liminar favorável à Empresa Ducoco Agrícola S/A e agora recente confirmou o direito dessa empresa na sentença final do processo na 1a. Instância. O argumento que a Doutora Juíza usou na sentença contra nossos direitos é que nós Tremembé não temos tradição de ocupação na terra indígena de Almofala/Varjota!

2. PERÍCIA ANTROPOLÓGICA É IMPEDIDA

Para aumentar ainda mais as nossas dificuldades, a Senhora Juíza suspendeu a realização de perícia antropológica que estava autorizada por ela própria, desde 1994. Com essa decisão aumentou as perseguições e ameaças de morte em jovens e velhas lideranças. Mais terra vem sendo invadida, novos cercados foram e estão sendo construídos, casas levantadas sobre dunas, entupimento de lagoa... Todo esse trabalho vem sendo feito por posseiros, grandes e pequenos.

Agora, o que se pode fazer ? As partes no processo de Ação Declaratória, apresentaram apelação para o Tribunal Regional Federal, com sede no Recife, Estado de Pernambuco. As partes que nos apoiam estão pedindo ao Presidente do Tribunal a anulação da sentença dada pela Dra. Germana. Nós temos esperança de que o nosso direito seja vitorioso mas nós sabe também a situação atual da Justiça no nosso país, nunca dá o direito de quem tem. Até a Constituição Federal é desrespeitada, não tem qualquer valor.

3. O DESENVOLVIMENTO EXPULSA AS FAMÍLIAS TREMEMBÉ DA SUA TERRA

Um apoio grande que a Empresa Ducoco Agrícola S/A recebe da parte da Doutora Juíza, do Governo, das Instituições é por causa do que eles chamam de "DESENVOLVIMENTO". É verdade. Essa firma retirou os seus verdadeiros donos da terra, entupiu lagoas, cortou muitas árvores frutíferas, derrubou casas, desviou corregos, entupiu sangradouros de lagoas... Acabaram com nossos cajueiros, que dá o fruto da nossa bebida sagrada que

faz parte do nosso ritual. Só da Taperinha, que hoje nem existe mais, a maior parte das oitenta (80) famílias Tremembé que viviam aí, tiveram que se mudar, deixar a própria terra da sua tradição, dos pais e avós, antepassados.

Nós era pobre mas vivia descansado, sendo donos da nossa terra, e com o suficiente para viver e criar nossos filhos e nossa geração. Nós fiquemos tudo separado, que nós era uma família só. Fomos proibido de atravessar o terreno que é nossa terra. Fomos proibido de criar nossos animais, de trabalhar as nossas culturas, as nossas tradições. Teve muitos de nós que apanhou da polícia (tinha uma policia particular dentro da firma e ainda tem) porque é dificil obrigar nós a não andar dentro da nossa terra. Ficou tudo cercado e nós não tem como se movimentar.

E ainda teve mais: NOSSA TERRA MUDOU DE NOME ! Passou a ser chamada de Fazenda São Gabriel. Deixa que a fazenda São Gabriel fica vizinho da nossa terra e tem apenas 3 hectares. Agora essa fazenda tem mais de 3.000 hectares !

Será que é isso que se chama desenvolvimento ?

4. AS BOAS NOTÍCIAS DA NOSSA VIDA INDIGENA

No meio de tanto sofrimento nós estamos também cuidando de atender as nossas necessidades porque a vida não está fácil no Ceará, no Brasil. Acabou a inflação mas não se pega em dinheiro, e aí não tem quem possa comprar nossos produtos.

Mas temos conseguido alguns apoios através do governo do Estado, para nossas ações produtivas. Já temos um "curral de pesca" na Praia da Almofala, nosso, das famílias Tremembé. Estamos encaminhando mais dois, esses são para para as famílias da Área da Mata (Varjota e Tapera). Conseguimos já uma parte para garantir as nossas roças e estamos esperando mais ajuda.

Outra ajuda importante é a nossa escola indígena que já começa a ser organizada por nós mesmos com apoio das entidades e também da Secretaria de Educação do Governo Estadual. É escola para as crianças e também para jovens e adultos. A grande maioria não sabe ler nem escrever. Quem sabe se a gente acaba também relembrando nossa lingua nativa, dos nossos pais ?

Nós continua firme na nossa decisão de lutar pelos nossos direitos. E por isso nós não se conforma com a decisão da Justiça, contra nossa liberdade na nossa terra. Nós ainda estamos vivos. Queremos continuar vivendo na nossa terra com os nossos pais, nossas famílias, nossos costumes e nossa tradição.

5. PEDIDO DE APOIO JUNTO AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL-5a. Região

Estamos mandando uma carta para vocês escreverem ao Juiz Relator do Tribunal Regional Federal - 5a. Região, em Recife-Pernambuco, Brasil.

Francisco Manoel Pedro

Francisco Manoel Pedro - Coordenador do Conselho Indígena Tremembé de Almofala-CITA

Manuel Marciano Santos

Manuel Marciano Santos
Tuxaua da Tapera - Almofala/Varjota

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA TREMEMBÉ
Almofala - Município de Itarema
Ceará-Nordeste do Brasil

26 de abril de 1995

COMUNICAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DO POVO TREMEMBÉ DE ALMOFALA/VARJOTA NO ESTADO DO CEARÁ - BRASIL ENVIADA PARA A SECRETARIA DO CENTRO DOS DIREITOS HUMANOS DA O.N.U., em GENEBRA, Suiça.

1. QUEM SOMOS NÓS

Somos Tremembé, vivemos na nossa terra tradicional, a área indígena de Almofala. Somos umas 500 famílias indígenas espalhadas em umas vinte (20) aldeias, pequenos sítios na praia e na mata, chegando a um total de mais ou menos 3.500 pessoas. Nossa área está situada no litoral oeste no atual Estado do Ceará (município de Itarema). A cidade mais próxima fica a 12 km - Itarema, sede atual do município do mesmo nome. A capital do Estado - Fortaleza - fica a 272 km de distância da nossa terra.

A chegada dos colonizadores europeus em nossa área indígena aconteceu desde o ano de 1500, dizem os escritos históricos; que, antes desse tempo, nossa terra foi visitada por estrangeiros. No ano de 1502 a terra dos Tremembé - ALMOFALA - já aparece no mapa do italiano Vicent Pinzon.

Durante uns 40 e tantos anos nosso aldeamento foi quase todo soterrado por uma duna de areia (de 1898 a 1945). Foi um tempo de muito medo e sofrimento. Nossos antepassados ficaram muitas noites de lua tirando a areia do morro com uma cuinha, cantando, dançando, para descobrir nosso lugar. Depois disso foi que começou outra vez uma grande dificuldade. Como nosso Povo se espalhou por muitos lugares, por causa da duna, foi só ela desaparecer e aí começou a encostar gente de fora, fazendo casa de tijolo. E assim nossa terra foi invadida por comerciante, latifundiário, e nós sendo expulso da nossa própria terra. E uns vendendo seu coqueiro, sua casa, por qualquer dinheiro, objeto. Só o que nunca acabou foi o nosso ritual - o TORÉM - nós continua com esse ritual mesmo quando nós temos sido ameaçados de morte para deixar as nossas tradições. E foi essa força grande de resistência que ajudou nós a ficar no nosso lugar, a resistir com o nosso ritual sagrado. A terra quase toda foi tomada mas nós continua lá porque ela é nossa.

2. NOSSA SOBREVIVÊNCIA

Somos pescadores do mar e do rio (Aracati-Mirim). Sabemos mergulhar e por isso nós somos muito explorados na pesca da lagosta, que é uma pesca de primeira, de exportação. Muito poucos de nós é dono de embarcação. Alguns de nós tem paquete, bote, que não dá para fazer pesca em alto mar. Trabalhamos, pescamos para os proprietários, os ricos que tomaram a nossa terra, e que são também empresários. Nosso produto não tem valor quando está na nossa mão. Nós agora conseguimos um apoio e compramos uma navegação. É nossa organização coletiva - a gente se juntou e estamos no trabalho de grupo.

Essa organização nós já tinha entre nós mas nunca conseguimos ter uma embarcação. Estamos também nos organizando para a venda do peixe e do camarão. Com o apoio de um deputado federal do Ceará, nosso grupo de pescadores conseguiu a aprovação de um pedido de um ... "freezer" e assim estamos vencendo os intermediários e vendendo, nós mesmos, a nossa pequena produção. É pequeno mas nós estamos começando essa experiência nova. Tem também uma Casa de Farinha para a região da praia, onde mais de 200 famílias não tem sua condição própria e é obrigado a fazer a farinha da sua família pagando renda, dependendo da vontade do posseiro que é contra o próprio direito indígena.

A mandioca nós plantamos para a nossa sobrevivência. Tem família que precisa andar 2 a 3 léguas para arrendar um pedaço de terra e

ter uma pequena produção para a subsistência das famílias. Em alguns locais da nossa terra ainda tem umas caças de pequeno porte porque a caça sempre fez parte da nossa tradição, como também a coleta de frutas. Nossa principal fruta é o CAJU. Nós usamos o sumo do caju azedo para preparar a nossa bebida sagrada - o MOCORORÓ, que nós tomamos durante o ritual do TORÉM. Por isso nós não podemos deixar de ter os nossos cajueiros plantados na nossa terra, e também para nosso alimento, alimento das nossas crianças.

Uma emprêsa - DUCOCO Agrícola S/A invadiu nossos terrenos desde 1979 e plantou coqueiros, expulsando as famílias indígenas e - destruindo nossas plantações, lagoas, impedindo a criação dos nossos animais. Nesse tempo nós era tudo isolado e essas famílias , sozinhas, tentaram conseguir algum apoio mas ficaram no abandono. Os Tremembé que não aceitaram deixar sua terra, estão ainda hoje vivendo imprensados num corredor entre as águas do rio Aracati-Mirim e a cerca da empresa Ducoco, numa constante opressão e humilhação. No outro lado do terreno, onde estão os Tremembé da Varjota, essa empresa não conseguiu tomar a terra. Chegou a cercar e até destruir as plantações. Foram muitas vezes para a Polícia, o Forum no Acarau, perseguidos, amedrontados mas sem desistir de lutar. E asim foi que conseguimos garantir essa parte do terreno, embora a firma ficou com uma parte nossa, onde se tinha os sítios, as plantações. Mas nossa força só chegou até esse ponto. E nesse tempo nós vivia muito isolado, sem conhecimento das lutas dos Povos Indígenas nos outros lugares e sem orientação suficiente.

Essa empresa Ducoco tem contado sempre com os apoios financeiros do Governo brasileiro, através de financiamentos da SUDENE e do Banco do Brasil. O que para nós é muito difícil de entender como pode ser feito esses financiamentos quando é numa terra indígena.

3. A RESISTÊNCIA NA LUTA PELA DEMARCAÇÃO DA TERRA

Desde 1992 começamos a enfrentar muitas dificuldades. Conseguimos a vinda de uma Comissão de Técnicos da Fundação Nacional do Indio-FUNAI para realizar os levantamentos necessários para início do processo administrativo de demarcação da terra. De lá para cá temos sofrido muita perseguição e ameaças de morte e até espancamento em lideranças - homem, mulher e criança. Uma parte do nosso Povo continuou amedrontada e muitas famílias ficaram contra nós. Esses indígenas, nossos parentes chegam a pagar advogado, assinar documentos, tirando seu direito próprio para dar aos posseiros. É um medo muito grande da pobreza, da fome. É uma grande dependência.

A demarcação da terra de Almofala foi paralizada com uma liminar dada pela Dra. Juíza Germana Oliveira de Moraes, da 3a. Vara da Justiça Federal no Ceará, em favor dessa empresa Ducoco. Foi com essa liminar que toda nossa luta tem sido muito dificultada. Parece que o nosso direito não tem nenhum valor. Todo documento que apresentamos serve de dúvida. Mas os documentos apresentados pela firma, que nós sabemos não são verdadeiros, embora tirados no Cartório do Acaraú que fica na nossa região, passa a ter força de lei. Qualquer carta dos deputados que são contra nosso direito, dos posseiros, dos fazendeiros - encontra total apoio no Ministério da Justiça. Mesmo que nós tenha nossos direitos garantidos na Constituição de 1988, que determina tudo bem claro , do jeito que tem que ser.

Outras Ações também deram entrada na Justiça do Ceará, contra a demarcação da nossa terra. Mas uma delas já foi arquivada por falta de pagamento de custas, e outra não conseguiu a liminar. Dessa vez nós tivemos um valor e isso está ajudando muito a nós. Nós também temos contado com muito apoios, muitas ajudas, tanto no Ceará, no Brasil, como noutros países, muito longe de nós.

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA TREMEMBÉ
Almofala - Município de Itarema
Ceará - Nordeste do Brasil

Nossa organização nasceu do nosso trabalho coletivo. Esse trabalho é da nossa tradição mas muitos de nós não queria mais. Vivia isolado, sem se conhecer uns aos outros, trabalhando para os posseiros e exploradores. Foi por causa da luta pela terra, a Campanha - de Demarcação da Terra que nós começamos a se organizar, a trabalhar junto, a ter os dias de trabalho da comunidade. Hoje já somos muitos grupos organizados, trabalhando unido. As nossas decisões são tomadas em reunião, todos juntos. Quando é um assunto do interesse de todos, a reunião é de todos os grupos.

4. A CAMPANHA DE DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

Os Povos Indígenas no Ceará estão realizando uma Campanha de Demarcação da nossa Terra, uma ação de todos nós, reunidos. Começamos essa Campanha no ano de 1993."Nós eramos pouco conhecidos, ainda. Precisamos de ajuda, de apoio. Precisamos de ser conhecidos, reconhecido o nosso direito, queremos ser acreditados, queremos contar com o respeito e a confiança da população que for possível, que fica perto e que fica longe de nós"(Carta de 30/03/93, lideranças indígenas).

Mesmo sem ter conseguido a demarcação da nossa terra, nós achamos que conseguimos uma grande vitória. Primeiro, a vitória da coragem sobre o medo. Porque o medo era a nossa maior fraqueza. Medo de se identificar como Indígena. Medo de reagir, de reclamar nossos direitos. Medo de morrer como muitos dos nossos antepassados tiveram e abaixavam a cabeça, não enfrentavam os latifundiários, os políticos, os comerciantes. Mesmo quando eles tomavam nossos direitos, nossas filhas, nossas mulheres. Medo da polícia que sempre esteve e está a serviço dos que invadiram a nossa terra. Medo do Prefeito que invade nossas terras (recentemente o prefeito de Itarema invadiu nossas terras, cercou lagoas e plantas, cortou e queimou arvores frutíferas fez estrada - com um plano de fazer um polo turístico). Nós ainda temos medo mas não ficamos no medo, nós saimos do medo. Estamos nos organizando cada dia mais, nos reunindo, conversando, viajando para Fortaleza, para Recife, para Brasília. Estamos nos articulando com as lideranças indígenas organizadas no Nordeste, no Brasil.

A união aumentou entre nós. E com os outros Povos Indígenas no Ceará, noutros Estados do Brasil. Como nós dissemos antes, nós não se conhecia, nós não era conhecido. Mesmo sendo tudo de uma mesma família, nós vivia separado. Esses trabalhos, essas lutas ajudou muito a nós todos que estamos nessa Campanha a se reconhecer por si mesmo, a se organizar. E nós sabemos que vamos cada vez mais aumentar nossos grupos, nossa organização, nossa união, nossa força.

No Ceará já somos quatro (4) Povos Indígenas que assumimos a nossa luta pela demarcação da nossa terra: Tapeba, Tremembé de Almofala, Pitaguary e Genipapo-Kanindé. Nós, Tremembé e os Tapeba já conseguimos um passo importante - sermos reconhecidos oficialmente pela Fundação Nacional do Indio-FUNAI, com a publicação do Despacho do Presidente, aprovando o Parecer nos Processos Administrativos já concluídos. Esse reconhecimento oficial aconteceu em julho de 1993. Agora , para nós, só falta a Portaria de Demarcação, assinada pelo Ministro - da Justiça do Governo brasileiro. Os outros Povos - Pitaguary e Genippapo-Kanindé estão lutando para ter inicio os levantamentos necessários para ter andamento o Processo que é o primeiro passo nesse sentido. Outros Povos Indígenas, na região do sertão, já há uns quatro(4) anos começam a se movimentar, se organizar. São os KALABAÇA, TABAJARA, KARIRI, POTYGUARA e TUPINAMBÁ.

Francisco Marques Nascimento
Cacique Tremembé da Almofala

Luiz Manuelo Nascimento
Pajé Tremembé Almofala/Varjots

Agostinho Feliz Nascimento
Texaua Tremembé Almofala/Varjota